

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.250 - SP (2019/0291173-3)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO
ADVOGADO : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AXEL JUAN MARCELINO SAMUEL (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de AXEL JUAN MARCELINO SAMUEL, em face de acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado (fl. 12):

“Habeas Corpus”. Cárcere privado e Constrangimento ilegal qualificado. Conversão da prisão em flagrante em preventiva. Decisão fundamentada nos preceitos legais e na gravidade concreta da conduta, no caso representada pela participação, em tese, em “Tribunal do Crime” formado por participantes de facção criminosa, nada infirmando a segregação. Inteligência dos artigos 312 e 313, incisos I e II, do Código de Processo Penal. Necessidade de manutenção da ordem pública, algo não alcançado por medidas cautelares previstas no artigo 319 do mesmo Estatuto Processual.

Constrangimento ilegal não verificado de plano. Ordem denegada liminarmente, dispensadas informações da autoridade apontada como coatora.

Consta dos autos que o paciente e outros corréus tiveram as custódias convertidas em preventiva, em 28/8/2018, e foram denunciados em 10/9/2018, como incursos nos arts. 148, *caput* (por quatro vezes) e 146, § 1º, (por três vezes), ambos c/c. 70, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta, em síntese, que *não há, nos autos em tela, um conjunto de meios de prova que se coadunam reciprocamente com o escopo de gerar no espírito do julgador a convicção da existência do crime, mormente em decorrência da insignificante investigação criminal.* (fl. 6)

Sustenta, ainda que o decreto prisional se lastreou em fundamentação inidônea.

Requer, liminarmente e no mérito, concessão de liberdade provisória ao paciente.

Na origem, o processo n. 1508061-53.2018.8.26.0320, consta designada audiência de instrução e julgamento para o dia 4/10/2019, conforme informações processuais eletrônicas extraídas pelo *site* do Tribunal *a quo*, consultadas em 30/9/2019.

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa concessão de liberdade provisória ao paciente, sob o argumento de ausência de provas e que não há fundamentação idônea para constrição cautelar.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Posto isso, no procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Consta do édito prisional cautelar (fls. 27-31):

Vistos.

Trata-se de prisão em flagrante dos autuados MARCUS ROBERTO VENANCIO, LUCAS DE LIMA FELIPE, CLEITON RODRIGUES DE FARIAS, BRUNO SANTOS DE OLIVEIRA, ARTHUR HENRIQUE CURILLA GARCIA, WESLEY FRANCO MARTINI, AXEL JUAN MARCELINO SAMUEL, WENDEL MURIEL LOPES DOS SANTOS, GABRIEL MALAQUIAS DE MELO, JHONATTAN MARCELO FERREIRA, ADILSON ALVES SANTANA, OZEIAS APARECIDO FRANCO DA SILVA, MARIANA CRISTINA DA SILVA FRANCISCO e KELLY CRISTINA FRANCO DA SILVA conduzidos ao Juízo, nesta data para serem ouvidos em sede de audiência de custódia. Ao Juízo os autuados relataram que não sofreram nenhuma violência física por parte dos agentes que efetuaram sua prisão – destaque nesse sentido inclusive para os depoimentos de Lucas, Ozeias e Artur. Não relataram maus tratos ou tortura. Flagrante de constrangimento ilegal, sequestro e cárcere privado, organização/associação criminosa (Lei 12.850/2013) e receptação (Adilson Alves Santana) encontra-se formalmente em ordem. A **prisão deu-se em 27.08.2018 porque os policiais militares que a efetuaram receberam informação de que nas imediações do local dos fatos estaria ocorrendo fato conhecido como “Tribunal do Crime”**. Os policiais passaram a realizar patrulhamento na região e avistaram o indiciado Adilson e sua esposa Mariana e os abordaram. Em posse de Adilson e Mariana nada de ilegal foi encontrado. Adilson estava em um veículo VW Fox, de cor preta, que adquiriu de seu irmão, com emplacamento de outro estado. **Reforçado o patrulhamento, os policiais avistaram Lucas e Kelly entrando em um imóvel situado na Rua Alecrim, nº 890, nesta cidade e Comarca. Por notarem uma atitude suspeita, e por ser Lucas e irmão de Kelly (Ozeias)**

já conhecidos do meio policial, realizaram a abordagem e ingressaram no imóvel. No interior do imóvel os policiais surpreenderam os demais indiciados e as vítimas. O cenário encontrado pelos policiais foi de julgamento do “Tribunal do Crime”, típico da facção criminal Primeiro Comando da Capital (PCC), estando as vítimas todas sentadas no chão do quintal do imóvel situado na Rua Alecrim, nº 890. As vítimas, identificadas como Grazielle Prestes Queiroz, Kaian Teixeira Andrade, Jonathan Luiz Cassiano e Katiane Barros da Silva declararam que estavam no local desde a tarde do dia 26.08.2018 sendo “julgadas”. De acordo com os relatos, Katiane era namorada de Jhonattan Marcelo. No dia 21.08.2018 todas as vítimas foram ao Motel Village, nesta cidade e Comarca, para prática de relação sexual conjunta, o que foi registrado pela vítima Kaian. As imagens foram divulgadas e chegaram ao conhecimento de Jhonattan Marcelo, o qual, segundo informações dos autos, é integrante da facção PCC. Consta das declarações das vítimas que, embora a “pena” para casos idênticos seja a morte, seriam apenas punidos com agressões físicas, de teor ainda não revelado. Com condição da alteração da punição, as vítimas relataram que aceitaram a punição por meio de agressões, o que foi registrado em alguns celulares, por mensagens no aplicativo Whatsapp. Conforme relato dos agentes públicos, no momento em que ingressaram no imóvel diversos aparelhos de celulares foram arremessados pelo muro da residência, bem como tentaram os indiciados destruir os aparelhos de celular. Os indiciados, perante a autoridade policial, negaram os fatos narrados pelas vítimas e agentes públicos, bem como negaram integral associação criminosa. Foi dada voz de prisão aos autuados. Os autuados demonstraram personalidades semelhantes, uma vez que, em sua maioria, todos possuem passagens policiais e condenações por tráfico de drogas e roubo, o que inclusive confirmaram em seus depoimentos nesta data. Os autos revelam que as circunstâncias do crime e a periculosidade dos réus, que cometeram o crime em concurso, com traços de barbárie e requintes de crueldade, havendo concreto risco de morte das vítimas, em ação típica de organização criminosa, e constituem motivação idônea para a decretação da custódia provisória, como forma de se evitar a novos fatos como os dos autos, garantir a aplicação da lei penal e assegurar a instrução criminal. A forma como cometido o delito permite delinear a personalidade dos autuados e a presumir serem indivíduos socialmente perigosos, sem controle dos impulsos e da agressividade, sem freios inibidores eficientes. Além disso, a prisão em flagrante deu-se no momento em que ocorria “julgamento” do “Tribunal do Crime”, prática gravíssima, ao arrepio da lei, diante de sua composição por integrantes de facções criminosas, envolvendo, inclusive, integrantes que se encontram presos, já condenados por meio de sentença transitada em julgado. Ao ingressarem os policiais no imóvel, as vítimas já tinham recebido os termos da “sentença” do “Tribunal do Crime”. Pelo relatos das vítimas, e declarações dos policiais presentes no momento da abordagem, os autuados estavam prestes a “executar” a “sentença”, o que seria feito por meio de agressões, sem conhecimento até o presente momento, de como e onde

seriam feitas em face das vítimas. Destarte, a custódia aqui tratada atende ao imperativo de garantia da ordem pública - em cujo conceito não está apenas a prevenção de fatos criminosos, mas também acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça, que deve ter por norte a gravidade da infração e sua repercussão. No presente caso, os reflexos negativos causam forte impacto na comunidade, causando sentimento de impunidade e de insegurança. Presente, pois, periculosidade social, exige-se do Poder Público postura enérgica em seu enfrentamento. E mais, os crimes, em tese, cometidos pelos autuados são gravíssimos.

Atentam contra o bem maior da pessoa, ou seja, a vida, e dessa forma como já dito, reclama providência imediata do Poder Público, sob pena de se por em risco até mesmo a legitimidade do exercício da jurisdição penal. **Os indiciados cometeram diversos crimes, mantiveram as vítimas em cárcere privado, durante aproximadamente 24 (vinte e quatro) horas, associaram-se para a prática de julgamento vedado pelo ordenamento jurídico e somente não deram continuidade a demais crimes devido à intervenção policial. Assim, por existirem nos autos indícios suficientes de autoria o que justifica a segregação dos autuados para se preservar a ordem pública, em razão da periculosidade, evidenciada pela gravidade de suas condutas e na conveniência da instrução criminal, diante de eventual coação das vítimas.** [...] Existe, ainda, iminente risco de fuga, vez que, a pena para os crimes em questão são altas, ainda mais se somadas, o que poderá ser convidativa aos autuados a deixarem o domicílio da culpa, frustrando a aplicação da Lei Penal. Ressalto mais, a necessidade da manutenção dos acusados em cárcere, na tentativa de contenção da onda de violência que se alastra, atemorizando pessoas honestas e trabalhadoras desta cidade e, ainda, observe-se que a prisão provisória não ofende o princípio constitucional do estado de inocência (art. 5º, LVIII). Desta forma, presentes os requisitos e pressupostos ensejadores para a conversão da prisão em flagrante em preventiva quais sejam: indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva, garantia da ordem pública, o crime, em tese praticado é doloso e punido com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 anos. **Detalhando-se o necessário para cada autuado, observo que Marcus e Artur são provenientes de rio Claro, não deram justificativa do que faziam nesta Comarca, e são condenados na traficância.** [...] De outra sorte, não vislumbro que quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no artigo 319 do CPP, sejam suficientes e adequadas para que, em liberdade, os autuados não volte a se dedicar a práticas como as descritas nos autos. Isto posto, com fulcro no artigo 310, inciso II, artigo 312 e artigo 313, inciso I, todos do Código de Processo Penal, e, a requerimento do Ministério Público, converto a prisão em flagrante de MARCUS ROBERTO VENANCIO, LUCAS DE LIMA FELIPE, CLEITON RODRIGUES DE FARIAS, BRUNO SANTOS DE OLIVEIRA, ARTHUR HENRIQUE CURILLA GARCIA, AXEL JUAN MARCELINO SAMUEL, WENDEL MURIEL LOPES DOS SANTOS, MÁRCIO WILLIAN MALAQUIAS DE MELO, JHONATTAN MARCELO FERREIRA, ADILSON ALVES SANTANA, OZEIAS APARECIDO FRANCO DA SILVA, e KELLY CRISTINA FRANCO DA SILVA em preventiva. Expeçam-se mandados

Superior Tribunal de Justiça

de prisão em desfavor dos autuados.

Como se vê, em juízo inicial, constata-se a validade dos fundamentos do decreto prisional, com esteio na gravidade concreta dos delitos, notadamente considerando-se que *"Os autos revelam que as circunstâncias do crime e a periculosidade dos réus, que cometeram o crime em concurso, com traços de barbárie e requintes de crueldade, havendo concreto risco de morte das vítimas, em ação típica de organização criminosa, e constituem motivação idônea para a decretação da custódia provisória, como forma de se evitar a novos fatos como os dos autos, garantir a aplicação da lei penal e assegurar a instrução criminal. A forma como cometido o delito permite delinear a personalidade dos autuados e a presumir serem indivíduos socialmente perigosos, sem controle dos impulsos e da agressividade, sem freios inibidores eficientes. Além disso, a prisão em flagrante deu-se no momento em que ocorria "julgamento" do "Tribunal do Crime", prática gravíssima, ao arrepio da lei, diante de sua composição por integrantes de facções criminosas, envolvendo, inclusive, integrantes que se encontram presos, já condenados por meio de sentença transitada em julgado"*.

Ademais, consta do decreto que *Cleiton e Axel são igualmente reincidentes em tráfico [...]*.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que a constrição cautelar impõe-se pela gravidade concreta da prática criminosa, causadora de grande intranquilidade social, revelada no *modus operandi* do delito, e diante da acentuada periculosidade do acusado, evidenciada na propensão à prática delitiva e conduta violenta. Confira-se: HC n. 299762/PR – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 2/10/2014; HC n. 169996/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 1º/7/2014; RHC n. 46707/PE – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 18/6/2014; RHC n. 44997/AL – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Marilza Maynard (Des. convocada do TJSE) – DJe 12/5/2014; RHC n. 45055/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 31/3/2014).

Veja-se, ainda, que o entendimento deste Tribunal é pacífico no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes, e na prática criminosa levada a efeito através do emprego de violência extrema. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. –

Superior Tribunal de Justiça

unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014.

Ademais, este Tribunal tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator